

Sandrina Ausina Mota.
Sílvia Teresa Ferreira da Mota Reis de Oliveira.
Ulisses Manuel Oliveira Cordeiro.

Lista dos cidadãos nomeados juízes sociais para intervir nas causas de competência do Tribunal de Família e de Menores do Funchal.

Efectivos:

Ana Luís Pinto.
Ana Maria Azinhais Abreu dos Santos.
Ana Maria Jorge Martins dos Santos.
Constantina José Azevedo Gouveia.
Elma Nóbrega Vieira Gonçalves.
Emília Patrícia Freitas Serrão.
Eunice Vanessa Domingos Nunes.
Jesuína Baptista dos Santos.
João Luís de Campos Martins.
Julieta de Sousa José.
Márcia Liliano Faria Rodrigues Silva.
Maria Teresa Pontes Basílio Rodrigues.
Marisa Alves Fernandes.
Miguel Duarte Severim Rodrigues.
Noémia Saraiva Amparo.

Suplentes:

Adelino Estêvão Franco Ferreira.
Alexandra Raquel C. G. Gonçalves.
Alina Maria dos Santos Pereira.
Ana Luísa França Fernandes Dias.
António José Dinis Pimenta.
Ângela Maria Constantino Serrano Rodrigues Correia.
Angelina Reis Abreu Freitas.
Carla Marina Fernandes Vieira.
Carla Sofia Lopes Moço.
Carlos Jorge dos Ramos Jardim.
Carmelino Freitas Costa.
Cristina Merita Fernandes Sousa Moreira.
David Francisco Sobral Correia.
Gilberto Manuel Farinha Garrido.
Gilda Maria Vieira Andrade Freitas.
Guida Maria Baptista dos Santos Belim.
Helena Patrícia Andrade de Vasconcelos.
Helena Paula Ornelas Silva.
Hélder Roberto de Freitas Belim.
Inês da Conceição Pinto Brandão de Almeida.
Iolanda Renata Pestana Ferreira.
Isabel Cristina Gil Ramos.
Isabel Fernandes Viveiros Silva.
Isabel Maria Gomes Araújo.
Isabel Maria Malhado Magalhães Queirós Nunes.
Ivone Jardim Neto Henriques.
João Carlos Teixeira Baltazar Gomes.
João Manuel Ribeiro Costa e Silva.
José Luís Pereira.
Lina Marta Silva Camacho Santos.
Luciano José Cabral Garcia.
Luís Filipe Alves Escaleira.
Manuel Rodrigues Silva Gaspar.
Maria Alexandra Fernandes Abreu Farinha.
Maria Alves Gonçalves.
Maria Bernardete Fernandes Mota Dória Martins.
Maria Cristina da Costa Gil Ramos.
Maria da Graça Ferreira da Silva Moniz Costa e Silva.
Maria da Luz de Sousa Correia Jesus.
Maria de Fátima Fernandes Mendes.
Maria do Carmo Faria Rodrigues Silva.
Maria do Céu Castro Pestana Vieira.
Maria do Livramento da Silva Gaspar.
Maria Fátima Gomes Cafofo Lucas.
Maria Fernanda Luizinho.
Maria Isabel Quintal de Ornelas Aguilar.
Maria José de Oliveira de Castro Rebelo.
Maria José Fernandes Caldeira.
Maria José Vieira Cabral Pereira.
Maria Lídia de Jesus Francisco Alves.
Maria Manuela Serrado Abreu de Ferreira.
Maria Margarida Gomes Câmara.
Maria Marques Antunes.
Maria Teresa de Almeida Sá Pereira de Ferreira.
Maria Teresa Lemos de Jesus.
Maria Zita Silva Pereira Cabral.

Mário Pedro Correia Sousa Fonseca.
Michael Andrew Zino.
Noémia Serra Coelho.
Palmira Fortes.
Paula Susana Sousa Nunes.
Paulo Jorge dos Santos.
Paulo Sérgio Gonçalves Câmara.
Raul Emanuel Borges Alves.
Ricardo Jorge Gomes Camacho.
Ricardo José Gonçalves Fernandes.
Ricardo Nuno Freitas Alves.
Rita Damásio Pinto.
Rita Maria Gouveia Fernandes Abreu.
Rúben Carlos Petito Canadá.
Rui Nuno de Barros Cortez.
Sara Gaspar de Freitas Nóbrega Fernandes Ramos.
Sónia Maria Conceição Teixeira Camacho.
Susana Paula Farinha Rodrigues.
Vânia Margarida dos Santos Leitão.

Lista dos cidadãos nomeados juízes sociais para intervir nas acções de competência do Tribunal da Comarca de Tomar

António Lopes Rodrigues.
Maria Odete Silva Matilde Correia Tavares.
Maria Túlia Veloso Adão de Sá Correia.
João Luís Ribeiro Damásio.

7 de Novembro de 2005. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernandes Costa*.

Despacho n.º 24 494/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto na Convenção Europeia de Extradição, de 13 de Dezembro de 1957, e verificados os requisitos previstos no artigo 31.º da Lei n.º 144/99, de 31 de Agosto, considero admissível o pedido de extradição passiva do cidadão de nacionalidade romena Cornel Iosif Macinic, por, no âmbito do processo n.º 4923/2001, que correu termos no Tribunal de Justiça de Arad, ter sido condenado pela prática de três crimes de furtos qualificados.

15 de Novembro de 2005. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernandes Costa*.

Despacho n.º 24 495/2005 (2.ª série). — Nos termos dos n.os 3 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, do n.º 4 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 146/2000, de 18 de Julho, e do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 89/2001, de 23 de Março, é nomeada directora-adjunta do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, em comissão de serviço, a licenciada Maria João Gomes Morgado Costa, possuidora de reconhecida aptidão e experiência profissional adequadas ao exercício das referidas funções.

O presente despacho produz efeitos a partir desta data. (Não carece de fiscalização do Tribunal de Contas.)

18 de Novembro de 2005. — Pelo Ministro da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*, Secretário de Estado Adjunto e da Justiça.

Curriculum vitae

1 — Identificação

Nome: Maria João Gomes Morgado Costa.
Local e data de nascimento: Lisboa, 1 de Setembro de 1970.

2 — Habilidades literárias

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.
Pós-graduação em Fiscalidade pelo Instituto Superior de Gestão.
Pós-graduação em Ciências Jurídico-Administrativas pela Faculdade de Direito de Lisboa.
Pós-graduação em Direito da Sociedade da Informação pela Faculdade de Direito de Lisboa.

3 — Experiência profissional

Directora de serviços das Estatísticas da Justiça do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça (GPLPMJ), desde Novembro de 2002.
Coordenadora da equipa de assessoria funcional e membro da comissão de direcção do projecto Hermes, de reformulação das estatísticas da justiça.
Exerceu anteriormente as seguintes funções:

Chefe da Divisão de Análise Estatística, de Setembro de 2001 a Novembro de 2002;

